

“DÉBOUT! LES MORTS!” “O JÂNIO VEM AÍ!” “SUA EXCELÊNCIA (o Governador) É POR DEMAIS ESCLARECIDO!”

Pistas para o estudo da formação escolar e universitária na fundação da Faculdade de Filosofia do Amazonas

Nelson Matos de Noronha¹

Resumo:

Ensaio sobre a formação escolar e universitária no Amazonas esboçada em textos e atitudes de Álvaro Maia, Cônego Walter Gonçalves Nogueira e Aderson Andrade de Menezes, membros da Academia Amazonense de Letras. Trata-se da problematização da dependência cultural e da contextualização da criação da Faculdade de Filosofia e da Universidade do Amazonas.

Palavras-Chaves: Amazonas; Formação; Faculdade de Filosofia; Universidade do Amazonas.

Abstract:

Essay on students and scholars' formation at Amazon, Brazil, showed from acts and speeches committed by Álvaro Maia, Canon Walter Gonçalves Nogueira and Aderson de Menezes, members of Amazonian Academy of Writers. That is a problematization about cultural dependence, the creation of Philosophy Faculty and Amazonas University.

Keywords: Amazonas; Formation; Philosophy Faculty; Amazonas University.

¹ Pós-doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, Departamento de Filosofia. noronhanelson@ufam.edu.br

“O homem culto ameríndio – e o intelectual em grau máximo – é um colono, não um nativo. Integralmente estrangeiro no país de sua própria realidade, vê tudo através de lunetas de uma cultura livresca” (MAIA, 1960, pp. 1^a. e 3^a.).

Introdução

A preocupação com a situação de dependência cultural do Brasil tem sido uma constante que remonta ao período colonial, quando, em 1655, o Padre Vieira costumava pregar visando advertir seus irmãos jesuítas sobre as razões pelas quais os sermões davam poucos frutos:

Será porventura a falta de ciência, que há em muitos pregadores? Muitos pregadores há que vivem do que não colheram e semeiam o que não trabalharam. Depois da sentença de Adão, a terra não costuma dar fruto, senão a quem come o seu pão como suor do seu rosto. Boa razão parece também esta. O pregador há de pregar o seu, e não o alheio. Por isso diz Cristo que semeou o lavrador do Evangelho o trigo seu: *Semen suum*. Semeou o seu, e não o alheio, porque o alheio e o furtado não é bom para semear, ainda que o furto seja de ciência (VIEIRA, s/d, § VII).

O grande orador informava, então, que muitos de seus companheiros de ordem haviam morrido na boca do Amazonas, murcharam ou padeceram de sede no esforço para semear o Evangelho na Missão do Maranhão. Falou isso para mostrar que existem muitos obstáculos a serem vencidos no trabalho de levar as sagradas escrituras ao conhecimento de todas as nações do mundo. O maior deles, no entanto, consiste nas fragilidades do próprio pregador, o qual, para vencê-lo, precisa vencer a si mesmo. A partir do século XIX, a educação formal tomou o lugar da catequese, transformando a filosofia e a ciência no novo evangelho e a cidade dos homens se tornou uma prioridade mais urgente do que a redenção divina. No Amazonas, o esforço para fundar as bases de uma civilização moderna, de acordo com os princípios de uma sociedade esclarecida implicava a instalação de escolas e centros de instrução profissional bem como a elaboração de discursos teóricos para justificar o empreendimento civilizatório. Assim, ao mesmo tempo em que se disseminaram essas instituições, a partir de fontes religiosas, científicas e filosóficas, de saberes regionais e locais, vozes amazônicas se fizeram ouvir como mitos, histórias, poesias, romances, crônicas, relatórios e outros gêneros literários ao passo que algumas delas permaneceram mudas ou passaram despercebidas devido a muitos fatores, entre os quais se destaca a alegada timidez dos amazonenses.

Sob o véu desse acanhamento, alguns desses discursos comportam humilhações e ressentimentos derivados da situação do Estado do Amazonas na correlação de forças entre as unidades que compõe o estado nacional. Talvez essa posição tenha a ver com a história das antigas Províncias do Pará e Maranhão, que outrora possuíam autonomia econômica e política. Talvez o pouco caso do governo central seja decorrente da soberba pela qual os amazonenses, repentinamente enriquecidos, no século XIX, costumavam viajar a Paris, Londres e Nova Iorque com mais frequência do que ao Rio de Janeiro e a São Paulo. O fato é que, quando a economia da borracha entrou em declínio, os barões da borracha acusaram o abandono a que foram relegados pelo poder central e, mesmo assim, tentaram manter sua dignidade pela afirmação de uma identidade amazônica, expressa em suas instituições e na cultura letrada a que tiveram acesso no breve período de fausto que experimentaram.

A educação e a cultura são os dois eixos que estruturaram esse esforço pelo qual os amazonenses buscam, pelo menos desde 1909, definir e afirmar o que Thiago de Mello chama de “Amazonidade”. A partir da compreensão do objeto desse esforço, proponho que o problematizemos sob o ponto de vista da formação, como o processo e o resultado do trabalho desenvolvido nas instituições de ensino e mediante a elaboração de discursos para a representação da realidade e justificação de um projeto político e cultural. Essa problematização deriva da inquietação suscitada pela necessidade de fazer um balanço do que se realizou e do significado que a criação da Faculdade de Filosofia² e da Universidade do Amazonas possuem para quem se identifica com esse modo de subjetividade.

Não se trata de fazer aqui essa avaliação, mas sim, de empreender um ensaio para examinar a plausibilidade da hipótese de que os acontecimentos que ensejaram a criação da FFA e a fundação da Universidade do Amazonas comportam elementos a partir dos quais se pode esboçar o perfil da formação escolar e universitária dos amazonenses, a qual perdura ainda na produção intelectual regional e local. Para tanto, examinaremos alguns textos de Álvaro Maia, Cônego Walter Gonçalves Nogueira e Aderson Andrade de Menezes. Esses autores estiveram direta e indiretamente ligados às políticas de educação e cultura, atuando como dirigentes e intelectuais que se posicionaram diante dos acontecimentos pelos quais o Amazonas ganhou os contornos

² Por economia de espaço, a Faculdade de Filosofia do Amazonas será designada aqui pela sigla FFA.

de sua identidade atual, portadora de discursos que, embora diversos, possuem muitas afinidades entre si.

Esses textos comportam ideias filosóficas, ainda que estas não tenham sido elaboradas com essa finalidade nem sob o modo do fazer próprio do especialista em filosofia. Entretanto, elas podem ser tomadas como filosóficas no sentido de comportarem conceitos pelos quais se desenvolveram modos de compreensão da realidade amazônica e se definiram os princípios de projetos civilizatórios diferentes, mas complementares. Sob esta perspectiva, precisamos considerá-los como documentos que valem pelo que dizem e pelas funções que exercem como matrizes dos modos de pensar e ser que caracterizam o cenário atual do pensamento dos amazonenses, sua formação. Assim, esta comunicação se apresenta como um ensaio interdisciplinar, implicando a contextualização e a problematização de determinados acontecimentos pelos quais, de certa maneira, se deu uma parte da ontologia do presente, considerado em suas circunstâncias locais e nas suas implicações gerais. Neste sentido, ela não deixa de ser um exercício de filosofia.

1. A visão estratégica de Álvaro Maia sobre a Educação Nacional

Manaus, 17 de janeiro de 1960. No *Jornal do Comércio*, a loja Orquídeas Modas Ltda informava que as chuvas haviam chegado e, com elas, galochas brancas e pretas, que já estavam à disposição das senhoras e meninas. Os leitores, para além de seu interesse pelas novidades da moda, ansiavam pelo artigo dominical assinado pelo mais ilustres de seus conterrâneos. Aos 67 anos de idade, consagrado Príncipe dos Poetas Amazonenses, fundador da Academia Amazonense de Letras³, duas vezes interventor federal, Constituinte em 1934 e 1946, governador eleito e dois mandatos no Senado Federal, Álvaro Maia, apesar de vencido pelas forças de Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho, do PTB, ainda detinha energia e prestígio suficientes para disputar duas eleições: as diretas de 1962, quando foi derrotado, e as indiretas de 1966, que o levariam novamente à Câmara Alta, já na ARENA e não mais pelo seu PSD, do qual havia sido fundador e dirigente. Naquele dia, o veterano Professor de Instrução Moral e Cívica e Português no Ginásio Amazonense e no Colégio Dom Bosco voltava a se dirigir à juventude regional e nacional. Sua colaboração assídua aos *Diários e Rádios*

³ A Academia Amazonense de Letras será designada pela sigla AAL.

Associados, de Assis Chateaubriand, já havia se tornado parte das conversas cotidianas na cidade.

Sob o título *As Guillotinas do Ensino*, o texto denunciava as altas taxas de reprovação nos exames para o ingresso nos institutos secundários. Para o autor, esse fracasso não devia ser atribuído à baixa qualidade do ensino ministrado no curso primário, à indolência e a vadiagem dos estudantes, nem à alegada incursão escolar das professoras pela política e a religião. Desvios podem ter ocorrido, mas considerava que deslizos individuais não poderiam ter como resultado a exclusão de um número tão grande de jovens que, vindos, em boa parte, do interior do Estado e dos territórios vizinhos, se dedicavam aos cursos preparatórios durante um ou dois anos em Manaus em busca de oportunidades para a obtenção de uma habilitação profissional, que era, então, o que representavam os certificados de conclusão dos cursos secundários no Brasil, sobretudo nos Estados do Norte, onde a oferta do ensino universitário era escassa. Sua tese era a de que esse fato se devia ao reduzido número de vagas nas escolas secundárias, incompatível com a densidade populacional e a pressão da juventude pelo acesso às etapas mais avançadas da escolaridade. Para ele, os reveses materiais, que esgotavam as economias de numerosas famílias, desagregadas com a partida precoce de seus filhos, e o fracasso nos certames solapavam a esperança da juventude. Em função disso, os exames eram vistos como cadafalsos, os examinadores como carrascos e os cursinhos preparatórios taboas de salvação. Talvez as chuvas tenham trazido, então, uma atmosfera espiritual propícia para aquelas reflexões que, apesar do tom marcial, não deixavam de acalentar expectativas alvissareiras para quando os tempos virassem e as águas voltassem ao seu curso normal.

Maia apostava, certamente, no fortalecimento de um movimento que se avolumava no país há décadas em torno da proposição e aprovação de um dispositivo para substituir a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942 (Reforma Gustavo Capanema). Na interminável disputa entre católicos e liberais, o caráter enciclopédico e elitista dessa etapa da educação pública ocupava o centro dos debates. O artigo daquele domingo de tormentas parece indicar a adesão do velho professor a algumas das ideias que impulsionavam a criação de uma nova legislação educacional e, com ela, uma nova maneira de governar o país. Nada se sabe, no entanto, se o líder estudantil das primeiras décadas do século XX tinha a noção exata do projeto para o qual mostrava sua nova simpatia. Naquele dia, quem poderia discordar da acertada crítica do velho mestre, portador de insofismáveis erudição e eloquência, que não perdia ocasiões para dar

provas de que possuía, sobretudo, o saber concreto da vida e a consciência da labuta de seus conterrâneos?

Espinhos do caminho profissional... E que espinhos mais perfurantes que os do ensino primário em certas regiões do País, dadas as suas condições mesológicas e dispersão de núcleos populacionais? As escolas rurais e distritais expoentam (*sic*) provas de tenacidade, em que as professoras, à parte o ensino regulamentar, são obrigadas a entender um pouco de tudo. Colégios secundários, em alguns interiores nacionais, são verdadeiros pontos de bandeirantes, subordinados às crises de distância, inclusive alimentação. Manter escolas e enfermarias, manter internatos na hinterlândia amazônica e em afastados sertões nordestinos, quando os próprios educandários das capitais se reduzem a externatos! Em certa época, em mingua de transporte, de carne e feijão, o Departamento do Ensino Secundário organizou cardápios, a base de vitaminas, que deveriam ser aplicados às diferentes zonas geoeconômicas (*sic*) do País (MAIA, 1960, p. 1).

Para mostrar que não era uma voz solitária nesse campo, o articulista fez questão de citar o renomado educador Lourenço Filho, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, destacando a severa opinião de que a cultura escolar festejada no Brasil era dotada de uma pretensão infundada, pois decorrente de um ensino secundário e superior caricatos, estranhos à realidade, incapazes de conhecê-la e decifrá-la, visando, sobretudo, apartar os educandos da terra em que vivem.

Além da citada advertência, Maia acolheu igualmente o parecer do escolanovista concernente ao papel do Estado na implantação de uma política educacional de amplo alcance, mobilizando “[...] com toda a sua configuração político-social, os ideais que façam viver no povo, interpretando-lhe (*sic*) os sentimentos, acentuando-lhe (*sic*) a unidade, tornando sensível a todos o seu espírito e o seu destino” (LOURENÇO FILHO apud MAIA, 1960, p. 1\3).

Não é que tais fundamentos teóricos fossem anacrônicos, pois, neles, o essencial não se encontrava em seu vínculo com o Estado Novo, mas, sim, no fato de assinalarem que o cenário intelectual e político do pós-guerra impunha o debate sobre a educação como estratégia para a consolidação ou a fundação de uma base jurídica e institucional capaz de assegurar a estabilidade política e social das nações que doravante formariam a nova ordem internacional. Para Maia, essa base implicava a retomada dos ideais nacionalistas. Ele reconhecia, entretanto, que dela não se deveria excluir a massa depauperada do povo. Para tanto, a reforma do ensino se mostrava imprescindível. Cabia deliberar sobre os conteúdos indispensáveis para assegurar que a educação pública cumprisse o seu objetivo precípua: garantir a unidade nacional. No que tange a

este tema, o ilustre literato seguia o pensamento do historiador britânico Arnold J. Toynbee, autor de um livro intitulado *De Leste a Oeste – Viagem em torno do Mundo*. Neste autor, Maia encontrou um dos argumentos, ao seu ver, mais consistentes para justificar o uso estratégico da educação como prevenção contra as invasões estrangeiras que ameaçam a integridade política e territorial do país: o caso da Indonésia que, mediante a uniformização da língua malaia e a abertura de milhares de vagas na educação secundária e no ensino universitário, teria conseguido unificar o povo e proteger suas fronteiras contra a ameaça dos chineses.

O argumento, em sua opinião, encontrou defensores entre os mais destacados intelectuais brasileiros, como Barbosa Lima Sobrinho, que, no livro de sua autoria, *A Língua Portuguesa e a Unidade Nacional*, citava Olavo Bilac para sustentar que

Um povo só começa a perder a sua independência, a sua dignidade, a sua existência autônoma, quando começa a perder o amor do idioma local. A morte de uma nação começa pelo desaparecimento de sua língua (BILAC apud MAIA, 1960, p. 3).

A peroração de Maia não ia de encontro às medidas que o Ministério da Educação estava tomando naquele momento para mudar a nomenclatura da gramática da língua portuguesa nem a organização das etapas e modalidades do ensino primário e secundário, mas corroborava as providências que as autoridades tomavam em favor da atualização do ensino e da prevenção do fracasso escolar. Entretanto, o poeta discordava da supressão da cátedra de Instrução Moral e Cívica do currículo ginásial, a qual, a seu ver, junto com o Vernáculo, era um fator indispensável para a unificação política do País. Para ele, “suprimir a disciplina é primarismo indígena, que se vingará num grupo inteiro, poupando, muitas vezes, o autor da infração ou delito” (MAIA, 1960, p. 3). Dizia isso para refutar a alegação de que certos professores dessa disciplina “pregavam rebeldias ao regime ou criticavam acerbamente atos dos governantes” (IDEM, IBIDEM). Se dependesse dele, caso lhe fosse dada oportunidade, deslocaria a cátedra do 1º para o 2º e o 3º anos do ensino secundário, que é quando os estudantes supostamente estariam adaptados ao novo ambiente institucional e a disciplina, então, encontraria o melhor ambiente para “corrigir os tarados e os complexos no próprio lar” (IDEM, IBIDEM).

Maia entendia que as falhas do ensino primário e secundário derivavam da falta de critérios pedagógicos relativos à alta rotatividade dos professores, a qual se fazia

notar na atuação sucessiva, no mesmo ano escolar e na mesma disciplina, de três ou quatro professores, o que repercutia negativamente nos estudantes, uma vez que o tempo necessário para a adaptação dos novos mestres ao ambiente escolar era demasiadamente longo, frustrando as expectativas de aprendizado e contribuindo para a evasão precipitada dos alunos. Em sua opinião, esses erros eram sanáveis e não deveriam ser atribuídos aos professores nem aos estudantes, mas a fatores conhecidos pela administração pública cuja solução estava ao alcance das autoridades. Talvez o insigne político estivesse se referindo aos baixos salários, à inexistência da carreira do magistério ou ao não reconhecimento da dignidade do professor como profissional de alto nível. O fato é que, embora não tenha feito menção explícita a tais questões, elas pululam no hiato aberto entre a crítica à falta de estabilidade dos professores e a saudação que o antigo Senador fazia às medidas então tomadas em favor da uniformização da nomenclatura gramatical, da modernização dos currículos, da gratuidade do ensino assegurada aos estudantes de baixa renda, da realização rotineira de seminários e, sobretudo, da criação das Faculdades de Filosofia que, segundo suas palavras, “constituem medidas fortes para o reajustamento do ensino e, em consequência, da unidade nacional” (MAIA, 1960, p. 3). Uma nota do artigo nos causa alegre surpresa: o elogio do Professor Álvaro Maia à realização, naquele ano, do IV Congresso Nacional de Alfabetização, em Recife, e de uma conferência da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) em Manaus (v. SOUZA, 2011, p. 38). Tais iniciativas, a seu ver, suscitavam respeito e esperança: “Poderão ser autopsiadas as causas das reprovações em 70% e 80%, pois essas tertúlias técnicas se compõem de mestras adextradas (*sic*) nos Institutos de Educação.” (MAIA, 1960, p. 3).

Além das alterações operadas na estrutura dos cursos primário e secundário e na transformação da língua portuguesa em instrumento central da reforma do ensino, das lacunas que ainda persistiam na gestão escolar e das esperançosas reuniões do professorado nacional, o diagnóstico de Maia apontava um fator ainda mais decisivo para a obtenção do objetivo da reforma educacional então em curso: a instauração e a atuação de uma “coordenação mental” capaz de conduzir as novas medidas de acordo com princípios e diretrizes unificados. Neste ponto, o artigo abandona a melancolia inicial para dar lugar à proposição, inspirada em Lourenço Filho, de uma militância de grandes pretensões visando comprometer no projeto esboçado de uma política de educação popular ampliada não somente os gestores institucionais e os técnicos da

administração pública, mas, também e sobretudo, a escola, a igreja, o livro, o cinema, o rádio (MAIA, 1960, p. 3).

O estilo despretensioso, indicado pela linguagem popular aplicada no título e na recorrente referência à imagem pavorosa da degola, da força, da insônia, da psicose e da câmara de gás não pode nos deixar pensar que se tratava de um artigo voltado tão somente para defender junto às autoridades responsáveis medidas visando combater as altas taxas de reprovação, elevar a oferta de vagas e arrefecer a ansiedade da juventude diante da iminência dos exames de admissão aos cursos secundários. O artigo de Álvaro Maia, sem dúvida, reverbera o debate do projeto de desenvolvimento econômico deslanchado por Juscelino Kubistchek de Oliveira. Aquele seria o último ano do mandato de JK. A escolha dos novos mandatários era, portanto, o elemento central da intervenção de Maia na disputa pela conquista espiritual de estudantes, professores e seus familiares. Nesta perspectiva, entretanto, seu texto não apelava somente para a retórica de lisonja, mas acenava para uma visão estratégica do papel da educação e da cultura na atuação do Estado concernente à sua soberania e à gestão das pessoas tomadas sob a categoria do “povo” – unidade política e econômica cientificamente designada pelo conceito de “população”.

2. O Cônego Walter, a reconfiguração da educação pública e da organização política e social do Brasil

A FFA foi criada em dezembro de 1959. Segundo o Cônego Walter Gonçalves Nogueira, a ideia de fundar essa instituição havia sido acalentada desde a década de 1940 pela Arquidiocese de Manaus. Uma tentativa fora empreendida, sem êxito, por ocasião da elaboração da Constituição Estadual de 1946. Finalmente, sob o governo do jovem Gilberto Mestrinho, fenômeno eleitoral lançado pelo PTB de João Goulart e Plínio Coelho, surgiu o clima favorável para a sua implantação (NOGUEIRA, 1962, p. 9). Este evento certamente foi um episódio de uma série de acontecimentos pelos quais o cenário social, político, cultural e econômico do Estado do Amazonas foi profundamente alterado, quando a economia extrativista foi colocada em segundo plano e substituída pela Zona Franca de Manaus no bojo de um conjunto de políticas desenvolvimentistas deflagradas a partir dos acordos de pós-guerra para a reorganização do mercado internacional, nos quais o Brasil havia sido contemplado em decorrência de seu apoio aos Estados Unidos da América.

Com efeito, o foco desses acontecimentos não era a introdução do saber filosófico no currículo escolar, embora essa questão não tenha escapado à atenção de intelectuais do mais alto nível que então atuavam no país. JK alterou a política de industrialização adotada no governo Getúlio Vargas, associando ao nacional-desenvolvimentismo medidas de abertura para o capital internacional, mantendo com êxito um modelo de substituição das importações com base no endividamento progressivo do país junto às instituições financeiras de regulação da economia mundial. O processo de troca da economia agrário-exportadora pela industrialização e a urbanização em grande escala foi marcado pela intensificação de conflitos entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras (v. MINTO, L. W., 2006, pp. 94-95). De toda maneira, 1960 havia começado, evidentemente sem que isso fosse explicitamente problematizado pelos autores ora estudados, em um clima de efervescência política e cultural decorrente dos sinais favoráveis à expansão do capital financeiro, como a construção de Brasília e a abertura de rodovias para a ligação das regiões Norte e Sudeste, como a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho, noticiadas na mesma edição do *Jornal do Comércio* em que se publicou o artigo de Álvaro Maia. Nas eleições que se aproximavam, Maia, a despeito de alguma simpatia para com a UDN, não cerrava fileiras com Jânio Quadros e, com João Goulart, do PTB, não possuía afinidade. Como se sabe, Quadros e Goulart foram os vencedores das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República daquele ano. Mas o PSD não era indiferente às mobilizações populares que acalentaram esperanças na capacidade de organização política daqueles segmentos sociais que haviam sido preteridos nas ações governamentais que impulsionaram a economia desde 1950. A radicalização dos discursos ensejava o interesse do público pela filosofia. Poucos anos antes, em 1962, o Conselho Federal de Educação havia aprovado o Parecer de número 277/62, assinado por Newton Sucupira, como relator, Anísio Teixeira, D. Cândido Padin, Valnir Chagas e Padre José Vasconcelos, o qual estabelecia o currículo mínimo dos cursos de graduação em filosofia no Brasil.

A popularidade de Jânio decorria de sua cruzada contra a corrupção ao passo que a candidatura de João Goulart se fortaleceu em decorrência do engajamento do PTB nas chamadas Reformas de Base, na luta pela Reforma Agrária, a expansão da educação pública, a previdência social e a justiça do trabalho. Em linhas gerais, esse foi o contexto em que, segundo o Cônego Walter Nogueira, o clima para a criação da FFA se tornou favorável. O que também se pode dizer a propósito do projeto de criação da

Universidade Nacional de Brasília concebido por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira e concretizado em 1961. Entretanto, como podemos observar no tom dado por Álvaro Maia às suas considerações sobre a educação no Amazonas, havia certa instabilidade nesse clima a tal ponto que a esperança de transformar os exames, então considerados guilhotinas, em portões abertos para o acesso das massas às escolas públicas, se depositava em um trabalho de autopsia a ser desempenhado pelas professoras egressas dos institutos de educação.

O corpo a ser investigado, então, era o sistema vigente de organização e oferta do ensino primário e secundário. O que envolvia a formação do pessoal do magistério, sem o qual não se poderia assegurar a oferta e o atendimento regular dos serviços de educação. Naquele momento, a educação pública passava a ser requerida pela economia capitalista para o desenvolvimento e a reprodução do capital como um insumo indispensável à prevenção das crises sistêmicas que levaram às convulsões que culminaram nas conflagrações planetárias de 1914 e 1939. No Brasil, isso ocorria com muito atraso, pois as bases dos Acordos de Washington já estavam sob os ataques das novas forças políticas que acabariam por suprimir o New Deal e implantar as diretrizes do Acordo de Punta del Leste, em 1961, também conhecido como Aliança para o Progresso, pelo qual os países em desenvolvimento da América Latina se subordinaram aos Estados Unidos para receberem desse país a ajuda de que necessitavam para impulsionar o seu desenvolvimento econômico (v. MINTO, L. W., 2006, pp. 96-97).

Podemos encontrar na documentação reunida pelo Cônego Walter algumas pistas ou sinais da reconfiguração da educação pública e da organização política e social do Brasil na sequência da criação da FFA. O que nos dará o ensejo para avaliar com mais rigor a amplitude e a profundidade do artigo de Álvaro Maia para além dos aspectos determinados pela conjuntura eleitoral daquele ano.

Nogueira reuniu registros do que a imprensa local publicou a propósito do êxito alcançado e do iminente funcionamento da nova instituição. Dois aspectos se destacam na recepção que os jornais locais deram ao acontecimento examinado pelo autor da *Sindérese*: o entusiasmo suscitado pela possibilidade de satisfazer as aspirações da juventude diante da perspectiva de modernização do país e as de uma sociedade civil que buscava fincar em sua jurisdição instituições de referência acadêmica, científica e cultural para repelir o seu provincianismo e se colocar em pé de igualdade no cenário nacional face à hegemonia exercida pelos estados do sudeste e do sul; a reiterada e mordaz observação de que 1959 era ano pré-eleitoral, um contexto que explicaria: a) o

retardamento dos procedimentos de inspeção e análise dos documentos exigidos pelo Ministério da Educação para efetivar a autorização do funcionamento da faculdade e o reconhecimento dos novos cursos que a nova instituição abrigava; b) uma certa desconfiança de que o anúncio da criação da FFA não passava de uma promessa demagógica.

O êxito da iniciativa, alardeado pelo Cônego Walter, denota emulações intrigantes que mobilizaram lideranças políticas e culturais na busca pelo apoio financeiro e o reconhecimento junto ao Ministério da Educação dos cursos remanescentes da antiga Escola Universitária Livre de Manaus e daqueles que surgiram após o seu breve funcionamento. Assim, se tornou imperioso dar satisfações públicas sobre o empenho do governo do estado visando assegurar o funcionamento da nova faculdade, a manutenção e a ampliação de escolas de nível superior, como as faculdades de Odontologia, Farmácia e Engenharia e a federalização da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Amazonas. Com este gesto, Nogueira, de uma só vez, dobrava sua aposta, buscando obter credibilidade para o projeto de que era patrono e suscitando junto ao público um novo sonho ainda mais ambicioso (NOGUEIRA, 1962, p. 24). Na verdade, as bases para a concretização desse sonho já estavam sendo plantadas por outras lideranças locais que contavam com o apoio do Senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, do PSD, para propor, em 1962, a lei que acabou por criar a Universidade do Amazonas como uma instituição federal de ensino superior.

Os debates que antecederam a aprovação da LDB, em 1961, ensejaram diversas manifestações públicas do Cônego Walter onde podemos observar sua inquietação a propósito dos possíveis impactos da nova legislação sobre o modelo de educação concebido no projeto da FFA em 1959. Esses impactos concerniam ao financiamento público das instituições de ensino, à universalização do acesso à educação, à liberdade e à democratização do ensino e da sociedade.

O que incomodava o primeiro Diretor da FFA não era o risco de esgotamento dos recursos necessários para o custeio das atividades acadêmicas, pois esta questão já havia sido resolvida pela garantia de que o Governo do Estado havia assegurado a dotação orçamentária requerida para este fim. Na eventual reunião das instituições amazonenses de ensino superior para a criação da Universidade do Amazonas, a sua federalização, embora não merecesse a simpatia de nosso clérigo, implicava a definição de uma fonte segura para honrar os seus compromissos financeiros. Nesta seara, o que inquietava o ilustre professor era a possibilidade de submissão dos docentes estudantes

a um edifício burocrático capaz de elidir a autonomia das congregações e colegiados das faculdades. Parece que este foi o pretexto que acabou por inviabilizar sua permanência à frente da FFA, em 1962, ao final de um contencioso público travado contra o então Secretário de Educação e Cultura, Professor Aderson de Menezes, antigo Diretor da Faculdade de Direito⁴ e futuro primeiro Reitor da Universidade do Amazonas.

O entrevero foi deflagrado pela reforma administrativa da Secretaria de Educação e Cultura empreendida em 1962 que reverteu o aumento da remuneração dos Diretores das Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Indignado, Cônego Walter acusou Aderson de Menezes de adotar uma legislação comunista. Essa manifestação gerou severas réplicas que o Secretário deu aos jornais e fez circular em documentos públicos, nas quais, além de apresentar os fundamentos técnicos e jurídicos da nova organização funcional das instituições de ensino, repudiou a pecha do comunismo e lançou suspeitas sobre o propalado desprendimento financeiro e a sinceridade da fé professada por seu contendor. Em troca, Nogueira apontou os riscos que a burocratização trazia para a manutenção da harmonia acadêmica e, sobretudo, para a autonomia do trabalho universitário, que, com a reforma, passava a ser tutelado pelo Secretário de Educação e Cultura, o qual, em seus discursos, tratava o Diretor da FFA como mais um de seus “subordinados” (NOGUEIRA, 1962, p. 239).

Certamente, não foi por acaso que a reforma que suscitou a indignação do Cônego Walter ocorreu no mesmo período em que se discutiu e aprovou no Congresso Nacional a LDB de 1961⁵. Os debates que ali se travaram reverberavam as tensões remanescentes das eleições do ano anterior e o inusitado resultado que levou à formação de um governo dividido. Dividido, mas não menos aguerrido. Ao longo de todo o ano de 1961, as manifestações públicas do Cônego Walter compuseram a crônica singular dos debates do Congresso Nacional sobre a LDB salteada pela advertência propalada por uma palavra de ordem desfraldada nas eleições como uma promessa e uma ameaça: “O Jânio vem aí!” Para a decepção do entusiasmado filósofo católico, não se cumpriu nem uma coisa nem outra. Na data em que se aguardava a sanção presidencial da nova lei, correu a notícia da improvável renúncia e a LDB acabou por ser sancionada alguns meses depois pelo novo governo.

⁴ Por economia de espaço, adotaremos a sigla FDA para nos referirmos à Faculdade de Direito do Amazonas.

⁵ Lei Nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Alguns artigos de Cônego Walter a propósito da educação pública naquele ano traziam, a título de exergo, a frase “O Jânio vem aí!”. A cada vez, se tratava de vislumbrar a oportunidade de mostrar ao Presidente da República, recém-empossado, as mazelas que acometiam as escolas, os estudantes e suas famílias bem como a suposta incúria das autoridades responsáveis pela educação e demais políticas sociais do Estado. A epígrafe marcava o vacilante estado de espírito daquele pensador local, provavelmente tocado pelo amor paternal votado aos estudantes e a mudança dos ventos que também agitavam o pensamento católico naquele ano fatídico. Aos olhos do Cônego, a nova LDB possuía algumas afinidades com a Carta do Pontífice João XXIII, *Mater et Magistra*, publicada em maio de 1961. Ele parecia esperar que Jânio viesse em seu socorro para ajudá-lo a assimilar a nova legislação e as novas ideias ou a determinar a contenção dos avanços abusivos do pensamento socialista infiltrado nas disposições legais e na Encíclica revolucionária.

Sua leitura da nova orientação doutrinária do pensamento católico consistia em separar a diretriz voltada para a necessidade da socialização das conquistas da humanidade concernentes à riqueza, ao conhecimento, à saúde, à cidadania, à justiça etc e a adoção dos princípios do regime autoritário do comunismo que, a seu ver, eram incompatíveis com a doutrina cristã da liberdade de consciência e da dignidade dos indivíduos. Neste sentido, não se pode deixar de perceber o incômodo decorrente da possível corroboração das reformas legais do ensino pela exortação papal:

Embora se acentue a febre socialista em determinadas camadas da sociedade brasileira, em nome de uma sã consciência, consola-me considerá-la uma pilheria de mau gosto, para não ser coagido a aceitar para o Brasil um nível mental tão baixo [...] (NOGUEIRA, 1962, p. 189).

E:

Quando, meu Deus, querem convencer-se esses pândegos de que o povo brasileiro tem fisionomia própria, tem fascínio pela liberdade, que se articula a uma tradição secular de cristianismo e jamais irá na lenga-lenga dos fidelecastros? Que fique a advertência: não se confunda socialização com socialismo! (NOGUEIRA, 1962, p. 190).

Assim, chegamos ao ponto para o qual convergem as intervenções de Álvaro Maia e Cônego Walter Gonçalves Nogueira no contexto de uma intensa e fervilhante atividade política e cultural no Estado do Amazonas. Embora não se possa asseverar que esses ilustres atores sociais amazônicos participassem de uma mesma escola de pensamento, sem dúvida as questões que os inquietavam naquele período possuíam

muitos pontos de convergência. Destaco entre eles, a concepção de que o povo local possui uma “fisionomia própria”, “fascínio pela liberdade” e a de que a educação escolar no Brasil tem sido livresca, descolada da realidade regional e incapaz de fornecer o conhecimento requerido para o estudante compreender o mundo em que vive.

Na verdade, esta última é uma crítica quase consensual entre os intérpretes da cultura e da educação brasileiras. As propostas para a superação dessa barreira, contudo, têm sido divergentes, com situações excepcionais em que preponderaram políticas de inclusão, defesa da cidadania, ações afirmativas e outras ocasiões mais frequentes de políticas de exclusão, restrição de direitos, censura, racismo e cerceamento das liberdades democráticas.

Considerando tão somente as afinidades que identificamos nos discursos do Príncipe dos Poetas e do Primeiro Diretor da FFA, nos deparamos com uma visão antropológica que pretende se apoiar em evidências científicas e postulados filosóficos que hoje são bastante questionáveis, mas que eram bem aceitos nos meios acadêmicos brasileiros daquela época:

O projeto de uniformização e simplificação da nomenclatura gramatical promete novas compreensões e novos rumos: uma a ortografia, uma a nomenclatura, uma a programação. O magistério não sofrerá acusações; a juventude não será prejudicada; o unitarismo terá esse fortalecimento indestrutível. A defesa do pensamento preserva essa trincheira contra os filoneismos, os descuidos dos povos ricos e os acharques das nações fracas ou decadentes. Sem essa invisível eletricidade nas ideias, nas religiões, nos mitos, nos costumes, os hebraicos teriam baqueado, não seriam os israelenses fraternizados em nação, nem teriam sobrevivido poloneses e até os próprios ciganos (MAIA, 1960, p. 3).

Ou:

- O que se entende por “estudante” e qual o seu papel no mundo?
Falamos da elasticidade que a sociologia dá ao termo “estudante”. A filosofia, entretanto, deslinda as aporias e indica a consideração elucidativa. O verdadeiro estudante ocupa função específica dentro do corpo social. De conformidade a esta função depende a grandeza fascinante de suas finalidades. Todas as vezes que houver desvios, o mundo estudantil entra em crise (NOGUEIRA, 1962, p. 148).

3. A criação da FFA e os sinais do retrocesso político

Entre as crises do Cônego Walter e as preocupações de Álvaro Maia a propósito da fragilidade da educação nacional, se deslindam as razões pelas quais se reconhecia, naquele período, a relevância da presença da filosofia em todas as etapas da educação

nacional, motivo pelo qual talvez se possa explicar o inusitado êxito da iniciativa de criação da FFA. A despeito de suas reservas contra a descentralização das gestão pública do ensino e das restrições contra o financiamento de bolsas de estudos para as escolas de confissão religiosa, Nogueira não se eximia de pesquisar, com vistas a justificar e consolidar a sua criação, as opiniões dos mais ilustres estudiosos da filosofia no Brasil a propósito das razões pelas quais a filosofia não havia florescido no país até os anos 1940, mas que, a partir dos anos 1950, foram substituídas por condições que favoreciam a criação e a expansão de instituições de ensino superior dedicadas à formação de novos pensadores.

Sua análise contesta a avaliação de Tobias Barreto segundo a qual “Não há domínio algum da atividade intelectual em que o espírito brasileiro se mostre tão acanhado, tão frívolo e infecundo como no domínio filosófico” (BARRETO, T. Questões Vigentes; apud NOGUEIRA, 1962, p. 217). A seu ver, esse constitui um erro de quem julga que as inteligências brasileiras são afetadas por um “defeito natural”. Para ele, Farias de Brito foi mais feliz em sua avaliação de que “Uma civilização que começa não pode competir com civilizações já amadurecidas na luta...Para a elaboração de grandes construções filosóficas, originais e fecundas, é indispensável o concurso do tempo” (BRITO, F., A Filosofia Moderna, citado por NOGUEIRA, 1962, p. 217). Para corroborar esta tese, Nogueira apelou para o Padre Leonel Franca, segundo o qual, as grandes construções filosóficas requerem “o concurso do tempo e a elaboração e esforço do homem” (FRANCA, L., História da Filosofia, apud NOGUEIRA, p. 217). Assim, seu breve levantamento da situação da Filosofia no Brasil, em 1962, chegou à conclusão de que

Na verdade, as condições culturais e meios oferecidos à inteligência brasileira não davam àquela altura, oportunidades ao florescimento da filosofia entre nós. Basta se diga que até 1939, em todo o território nacional, existiam apenas 5 faculdades [...] De 1940 a 1950, foram criadas e instaladas mais dez (10) Faculdades de Filosofia, no Brasil; [...] Hoje, ao todo, temos umas oitenta (80) Faculdades de Filosofia, com 511 cursos ordinários, é o que informa a Secção de Estudos e Organização (SEO) da Diretoria do Ensino Superior [...] (NOGUEIRA, 1962, p. 218).

Embora as referências citadas por Nogueira tratem especificamente dos cursos de filosofia, não podemos esquecer que as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras não se dedicavam exclusivamente à formação de bacharéis e licenciados em filosofia, pois essas instituições passaram a receber essa denominação a partir de 1936 em decorrência

da organização legal do ensino superior no governo de Getúlio Vargas. Criada antes da aprovação da LDB de 1961, a FFA ainda obedecia ao regime didático e científico determinado pela Reforma Capanema. Assim, sua organização acadêmica e administrativa comportava seis seções: Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia, Jornalismo e Didática (NOGUEIRA, 1962, p. 27). Os primeiros cursos a obterem a autorização para o seu funcionamento foram os de Filosofia, Matemática e Pedagogia, em 1961. No mesmo ano, foram tomadas as providências administrativas e acadêmicas para a obtenção junto ao Ministério da Educação da autorização para a implantação e o funcionamento do curso de Química, contando com o apoio do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), então dirigido por Djalma Batista, que disponibilizou os insumos e os laboratórios requeridos pelo MEC para dar provimento ao pedido. A relevância da FFA, portanto, decorria, na perspectiva de quem a concebeu, da oportunidade criada para o florescimento da inteligência local, condição indispensável para o aparecimento de estudiosos da filosofia. Mas essa iniciativa comportava riscos.

Uma das premonições do Cônego Walter se realizou alguns meses após a sua exoneração do cargo de Diretor da FFA, quando se criou a Fundação Universidade do Amazonas, pela lei federal 4.069-A, de 12 de junho de 1962. O que, de algum modo, coroava a frustração experimentada no ano anterior quando a prometida visita do Presidente Jânio Quadros ao Amazonas foi cancelada definitivamente. No entanto, as suas inquietações a propósito da formação da juventude amazonense jamais abandonaram a esperança de que algo estava em vias de acontecer para barrar o avanço do comunismo no país e que, conseqüentemente, viesse a colocar, segundo a sua perspectiva, de uma vez por todas, a educação amazonense nos seus eixos.

Dois anos após deixar a Direção da FFA, o Cônego Walter Nogueira talvez tenha tido a impressão de que suas orações foram atendidas. Embora o ato de força contra o estado democrático de direito tenha sido cometido no dia primeiro de abril, os líderes do golpe militar que destituiu João Goulart da Presidência da República, fechou o Congresso Nacional e aposentou compulsoriamente Ministros do Supremo Tribunal Federal, acordaram que a decisão do General Olympio Mourão Filho de marchar, em 31 de março, com suas tropas, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, para forçar a deposição do Presidente, passasse a servir como marco cronológico oficial do início do novo regime político-institucional, devido ao receio de que a sua credibilidade fosse manchada pela possível associação com o dia da mentira. Essa anedota não nos permite deixar de pensar na epígrafe “O Jânio vem aí!” que, ao mesmo tempo, afligia e

acalentava o antigo Diretor diante das agitações estudantis e das novas medidas visando a socialização do conhecimento, a ampliação das liberdades e a defesa das Reformas de Base no ambiente universitário.

Naquele período, a escolha do Professor Aderson de Menezes para a Reitoria da Universidade do Amazonas já havia sido decidida, mas a sua posse somente ocorreria um ano depois. É perturbador notar que ele permaneceu no exercício do cargo por apenas seis meses. Os amigos asseveram que sua decisão de se transferir para a UNB já havia sido tomada muito tempo antes de sua posse e que ela foi motivada pelo encanto pela nova capital da União que atingiu o insigne mestre em Direito Constitucional, Deputado Estadual Constituinte em 1946, acadêmico da AAL⁶ e muito estimado professor e ex-Diretor da FDA e da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado do Amazonas. De todo modo, foi breve o período em que, na vigência do Regime Militar, Menezes atuou como dirigente da nova instituição, talvez para não se comprometer com as medidas de exceção que atingiram o Congresso Nacional e todas as instituições do serviço público, inclusive as Universidades Federais.

Sem julgar se Menezes estava com a razão no contencioso que o envolveu no episódio da exoneração do primeiro Diretor da FFA, proponho que possamos aplicar, como um artifício metodológico, a frase “Sua Excelência (o Governador) é por demais esclarecido!” (NOGEIRA, 1962, p. 239), atribuída pelo Cônego Walter ao então Secretário de Educação e Cultura do Amazonas, para demonstrar a plausibilidade da hipótese de que os escritos e os atos da vida pública de Álvaro Maia, Cônego Walter Gonçalves Nogueira e Professor Aderson de Menezes contêm pistas intrigantes para a elaboração de um estudo a propósito da formação escolar e universitária que se desenvolveu no Estado do Amazonas a partir da criação da FFA no qual possamos, no futuro, avaliar a maneira pela qual se desenvolveram as atividades de ensino, pesquisa e produção bibliográfica no domínio da filosofia no Estado do Amazonas.

A frase, tratada pelo Cônego Walter com um misto de ironia e seriedade para refutar as medidas administrativas do então titular da SEC\AM⁷ e tentar fazer com que ela se voltasse contra o seu autor, de fato assinala um traço pelo qual as décadas de 1960 e 1970 se distinguirão daquele período ao longo do qual Álvaro Maia esteve à frente do Governo do Estado e\ou liderou as ações governamentais e da sociedade civil no Amazonas. A ascensão de Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho como novas lideranças

⁶ AAL = Academia Amazonense de Letras.

⁷ SEC\AM = Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas.

políticas ocorria na esteira de um processo de modernização da burocracia estatal impulsionado pelos investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico implementados pelos governos constitucionais de Getúlio Vargas e JK. O que nos permite considerar que, embora o sonho de criação da FFA tenha sido, originalmente, concebido nas hostes do catolicismo, sua implementação ocorreria em um ambiente institucional marcado por uma nova racionalidade, política, social e econômica: um novo surto do Esclarecimento?

4. Visões da Amazônia

- **O Glebarismo:**

A linguagem condescendente de Álvaro Maia ao se reportar às professoras que estavam organizando e participando das conferências em Recife e em Manaus, em 1960, para discutirem a situação da educação no Amazonas e no Brasil trai, de algum modo, o seu deslocamento diante do novo cenário e o incômodo de quem protagonizou, em 1923, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da proclamação da Independência do Brasil, a redação e a leitura pública, no palco do Teatro Amazonas, de um texto que até hoje tem sido celebrado como um manifesto inaugural do pensamento e do projeto cultural que o Amazonas vislumbra como baliza para alcançar a emancipação política, econômica e intelectual na federação do Estado Brasileiro.

Canção de Fé e Esperança pode ser considerada, com as devidas reservas, um texto matricial que tem sido replicado, sob diversos formatos, desde 1923, até os nossos dias. A sua leitura teatral e o seu estilo poético proporcionaram a junção de dois movimentos para formar um único ato magistral cuja lição, talvez devido ao caráter espetacular de sua performance, não foi esquecida, embora nem sempre os seus adeptos tenham plena consciência de que a repetem. Se trata de mostrar com veemência o ressentimento e a decepção contra o governo federal que teria abandonado os amazonenses: os caboclos, os nativos, os índios e os desbravadores nordestinos, bandeirantes e estrangeiros que povoaram a floresta, percorreram os rios, conquistaram o Acre, venceram os revoltosos de Canudos, proporcionaram o enriquecimento do país com a exploração da borracha e demais produtos do extrativismo e, sobretudo, plantaram as fundações da civilização, conquistaram as tribos selvagens, tornaram-nas partícipes da nação e asseguraram sua unidade e sua soberania contra as ameaças de invasões alienígenas e motins internos. O documento conclamava os jovens a se engajarem em uma luta em prol do engrandecimento do Estado, tendo como desafio a

formação de uma cultura letrada, baseada no cultivo da língua portuguesa e no seu enriquecimento devido aos modos de falar, aos costumes, aos mitos e aos valores próprios do povo brasileiro e do Amazonas. Se trata de um projeto de constituição de um povo – levando-se em conta as conotações biológica, cultural e política dessa palavra – capaz de superar as adversidades da *selva selvaggia*, isto é, das condições ambientais e políticas de uma região carente de amenidades urbanas e instituições de polícia, segurança, educação, legalidade e justiça que pudessem assegurar a tranquilidade necessária à execução das atividades econômicas, políticas e culturais próprias de uma civilização moderna. O seu paradigma eram os Estados Unidos da América. Nisso, Maia se juntava ao coro de seus antigos colegas e aos seus pupilos do Ginásio Amazonense Pedro II que seguiam os ensinamentos do Geógrafo Agnello Bittencourt, do velho Professor de Inglês e Alemão, Plácido Serrano, e cantavam os versos do Professor e Poeta Heliodoro Balbi, herói local que tombou nas lutas do Acre. O que, talvez, imprimisse nas mentes dos jovens amazonenses daquelas décadas iniciais do século XX a imagem paradisíaca das cidades norte-americanas, que agora tomavam o lugar de Paris, tão festejada na *Belle Époque*, era a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1912 (SOUZA, 2001, p. 175), sendo que, naquele período, a região se tornou palco da viagem científica Rondon-Roosevelt e numerosas incursões destinadas ao estudo da malária e outras enfermidades tropicais.

A desilusão com a debacle da economia seringalista parecia encontrar algum consolo na iminente empresa de integração do Amazonas aos demais estados brasileiros pela nova ferrovia, a qual prometia alavancar novamente a economia da região, dar aos cidadãos locais acesso aos fóruns de deliberação política e aos centros de produção cultural e assegurar-lhes participar do esforço em favor da unidade nacional. Todas essas diretrizes acalentavam, assim, um sonho cuja realização era profetizada por Maia para se concretizar em 2023:

A hóstia concentra o poema transfigurador do Calvário; esse vocábulo, pela evocação grandiosa, concentra uma história divinizada pelo sofrimento e pelo amor. É esse amor que nos faz prever o Amazonas de dois mil e vinte e três, como uma pátria em que milhares de homens, unidos pelo mesmo afeto, celebram uma nova era, sustentando, por seu poder financeiro, uma potência econômica formidável, cujas caríatides serão as fábricas plantadas nos campos, os armazéns com incalculáveis valores, as cidades debruçadas à margem dos rios nervosos e barrentos. As estradas de ferro comunicarão os afluentes entre si e porão em contato os reservatórios de riquezas, que se prolongam do rio Branco aos campos gerais do Madeira. Uma população hígida viverá à margem das linhas férreas, dirigidas por homens capazes de iniciativa, ressuscitando essas prodigiosas cabeças-dínamos com que os

americanos do norte assombram o mundo. Surgirão das sombras, elaborados pela ação fecunda do meio os super-homens de Emerson e os heróis de Carlyle, seja qual for a modalidade de luta, - na arena do pensamento pelo sonho, na arena do valor pela realização. Esses homens, interrogando a nossa atualidade, que será uma aurora, terão palavras de comovida compaixão por nossa crença nessa prosperidade, nesses anos em que uma espécie de eclipse, contrastando ao sol do equador, empanou o brilho das consciências, sepultando-as em sonambulismo (MAIA, 1984, p. 150).

Este ufanismo vinha temperado com a ressalva de que tais sucessos trariam como consequência a liberdade, apanágio da civilização, uma quimera que, a seu ver, apenas flutuava nas cabeças de seus conterrâneos, mas que não deixará de se desenvolver com o progresso decorrente da luta e da responsabilidade do povo. Entretanto, tais utopias requerem a energia que naquele momento escasseava pelo abandono, a solidão, as derrotas impostas pela natureza, os selvagens, as guerras, o trabalho inglório, as condições mesológicas, o atavismo, a fome, as distâncias, enfim, o descaso do governo federal e a incúria das lideranças locais. Sem alternativas para reunir os recursos indispensáveis para implementar aquele sonho gigantesco, Maia apela ao sentimento de dever que, supostamente, todos os povos cultivam em relação aos seus antepassados, aos ancestrais que deram a vida para assegurar o futuro das novas gerações. Apesar da distância, a experiência das tragédias da Guerra de 1914-1917 ainda estava viva, pois o Amazonas fervilhava com as notícias que chegavam diariamente dando conta dos acontecimentos mais recentes de todas as partes do mundo, relativas a todas as esferas da vida pública e da vida privada, das negociações diplomáticas, dos grandes negócios, das mais recentes novidades da tecnologia, do cinema, do teatro, da filosofia, das artes e das religiões. A violência, talvez, não era, então, avaliada sob a perspectiva da catástrofe, mas como um sacrifício indispensável ao engrandecimento do povo. Os mortos, adverte o poeta, conclamam seus filhos a despertarem daquele sonambulismo para se lançarem à luta:

‘Somos guiados pelo passado e pelo futuro.’ E assim, segundo esse consolador pensamento, tão sabiamente desenvolvido por Maeterlinck, nos momentos supremos do combate, temos sobre a cabeça, como uma flâmula espiritual, a visão protetora dos antepassados, dos mortos amparando-nos do fundo de suas covas. Os próprios vivos, que vacilam e cambaleiam, tomam, de repente, aquele sobrenatural esplendor: erguem-se para continuar a luta. Ainda é de ontem o *Débout! Les Morts!* que os soldados franceses soltavam no avanço, supondo-se protegidos pelos nubes do passado (MAIA, 1984, p. 154).

Não pairam dúvidas de que aquelas palavras foram impressas e permaneceram marcadas na carne e no espírito dos amazonenses por muitas décadas e ainda reverberam em suas crenças e esperanças, em seus recalques e ressentimentos e nas suas atitudes. O público não se fez de surdo ao apelo do bardo caboclo que teve a sagacidade necessária para escolher os interlocutores mais preparados e dispostos a dar azo para a aventura preconizada por seu discurso:

Aos moços amazonenses – homens em botão e mulheres em manhã – cabe arquitetar a obra ressurgente, em qualquer profissão que tentarem, mas principalmente no trabalho de ensinar crianças, de formar almas e formar caracteres. Cabe às professoras, que vão exercer seu evangelho em meio selvagem, desbordante de beleza e tremendo de ferocidade, muitas desconhecem, no descuido do altruísmo, o papel que desempenham, lutando como guerreiras sem munição, num Estado em que o problema da instrução, excetuando talvez Manaus e alguns pontos do interior, é uma tristíssima, dolorosíssima incógnita, devido à escassez das verbas (MAIA, 1984, p. 162).

Trinta e sete anos mais tarde, naquele domingo chuvoso, o autor ainda pintava o mesmo quadro, mas agora se referia às professoras como “mestras adestradas” e às suas lutas como “tertúlias técnicas” onde se empreendiam “autópsias” de uma prática pedagógica que, a seu ver, se exercia pelo manejo de “guilhotinas do ensino”. São palavras que já não denotam a empatia de outrora. Saudosista de suas glórias passadas, sua escrita escavava trincheiras que o levariam à derrota eleitoral, mas lhe devolveriam, mais tarde, o poder que lhe fora retirado pelas urnas e a aura cujo brilho se ofuscara pelas luzes da breve experiência democrática do pós-guerra. Os tempos mudaram, as ilusões da ferrovia foram embotadas pelo impaludismo e a corrupção que, junto com a opção preferencial pelas rodovias, jogou a pá de cal, quando, após quatro décadas, a ditadura militar encerrou de uma vez por todas as operações da velha Maria Fumaça. Mas a crença de que a restauração da raça, pela educação, a disciplina e o sacrifício, ganharia da história uma nova chance ainda animava o coração do “Tuchaua” – *sic* - (v. BARROSO, 1984, p.108 e 110) como fora alcunhado por seus correligionários do PSD e os entusiastas que apoiaram sua candidatura ao Senado nas eleições indiretas de 1966.

O poeta Thiago de Mello associou o pensamento de Álvaro Maia a uma corrente de estudiosos que tomaram a Amazônia como centro de suas preocupações intelectuais e políticas. A seu ver, Maia se encontra ao lado de Samuel Benchimol, Carlos Mesquita, Ramayana de Chevalier, Genesino Braga e Aldo Moraes, como membro de um grupo que se dedicou ao estudo das coisas da terra, interessados, prioritariamente, na “reconquista da amazonidade” e na valorização do homem do interior (MELLO, 1983,

p. 191). O escritor Márcio Souza, por sua vez, julga que Maia foi “um homem preocupado com o cotidiano, um político empírico, tímido, sempre em defensiva, como todo amazonense” (SOUZA, 1977, p. 187). A propósito do discurso de 1923, Souza observa que o pronunciamento de grande orador foi um gesto de “ufanismo retórico”, marcado pelo temor frente ao futuro e pela consciência crítica do amazonense diante de sua historicidade, de seu isolamento e do abandono em que se encontrou em decorrência da indiferença do governo federal diante do declínio do “ciclo da borracha” (IDEM, pp. 188-189). A consciência objetiva da realidade não ia além de um olhar clínico, incapaz de dar novo direcionamento ao curso da história nem de se desvencilhar dos compromissos que fizeram a glória e a tragédia das gentes dos seringais.

- **As Batinas Liberais ou a Ação Católica no Amazonas**

A mudança do regime político e institucional, em 1964, talvez possa ser tomada como uma experiência que colocou à prova os projetos civilizatórios dos quais Álvaro Maia, Cônego Walter Nogueira e Aderson Menezes podem ser considerados porta-vozes, embora não se possa aqui afastar a existência de pontos de convergências nos discursos e nos atos desses eminentes intelectuais. Como membros da AAL, pode-se dizer que se enquadram na definição que André Araújo apresentou dos “apóstolos desse cenáculo, que representam a consciência, o equilíbrio, a sabedoria literária de nossa terra [...]” (ARAÚJO, p. 241). A prova pela qual as verdades de cada um deles se mostrou e repercutiu na configuração das políticas de educação e do horizonte que se abriu para a formação escolar e universitária no país e no Amazonas.

As referências de Cônego Walter Nogueira à prometida visita do Presidente Jânio Quadros ao Amazonas fortalecem a plausibilidade dessa hipótese e, ao mesmo tempo, ensejam a formulação do problema que ora desenvolvemos. Elas comportavam uma aposta no refreamento das mobilizações populares e ao mesmo tempo no amadurecimento da juventude a partir de sua inserção na vida universitária. O freio ocorreu, mas não exatamente como Nogueira imaginava. Não temos os registros de quais foram as atitudes que ele tomou face aos atos de arbitrariedade cometidos pelo governo militar, que levaram à prisão o padre Luíz Ruas e à aposentadoria compulsória da Professora Elisa Benvinda Tinoco, uma das estudantes da primeira turma que mais se destacou, tendo se tornado docente da FFA pouco depois de sua colação de grau no curso de filosofia. Contudo, o *Jornal do Comércio* publicou numerosas matérias sobre a atuação do Cônego Walter, em 1980, como Pároco da Igreja de Nossa Senhora da

Conceição, Matriz de Manaus, destacando o seu empenho na oposição à legalização do aborto e na organização da visita do Papa João Paulo II a Manaus. A sua postura conservadora não impediu, curiosamente, o desenvolvimento das ações das Pastorais da Juventude, da Terra e Indígena que muito contribuíram para fortalecer movimentos sociais que, na década de 1960, foram denunciados pelo Monsenhor Nogueira como “comunistas”. Muitos dos ativistas dessas pastorais eram estudantes ou professores dos cursos remanescentes da antiga FFA.

A Ação Católica foi um movimento desenvolvido, a partir do final do século XIX, por intelectuais católicos visando à organização do laicato cristão em reação aos fenômenos da sociedade moderna, sobretudo, aqueles que se expressaram pelo liberalismo, o positivismo, o ateísmo e o comunismo (v. CAMPOS, 2010). Seguindo as diretrizes do Vaticano e do Episcopado nacional, seus líderes, no Brasil, identificaram a educação e a imprensa como *loci* privilegiados para encetar intervenções destinadas à formação de uma base social sólida para o catolicismo romano no país. Ao longo dos embates em torno da legislação educacional, os intelectuais católicos tiveram atuação intensa e ostensiva em defesa da inserção da disciplina Ensino Religioso nos currículos escolares, da concessão de bolsas de estudos para os estudantes matriculados em escolas confessionais e do direito das famílias de escolherem o escopo da educação escolar de seus filhos.

Em linhas gerais, esses intelectuais entendiam que a educação e a imprensa laicas ou profanas eram responsáveis pelos males que assolavam a sociedade moderna e que, somente mediante a formação da juventude com base na doutrina da igreja romana, o país seria capaz de formar cidadãos dedicados à família e à pátria. Os artigos de sua autoria reunidos na *Sindérese* revelam a afinidade do Cônego Walter com esses traços que caracterizaram os empreendimentos da Ação Católica no Brasil. O seu projeto mais ambicioso, a FFA, sem dúvida foi considerado um triunfo por seus correligionários de sacerdócio, os quais julgavam estar empenhados em uma verdadeira cruzada em defesa da religião, da família e da pátria. Entre tais escritos, destacamos aqueles em que Nogueira explícita a sua concepção do papel que o educador deve cumprir para alcançar os objetivos de uma formação comprometida com a solução dos desafios da modernidade, os quais envolvem o progresso social, científico e tecnológico, as liberalidades da cultura norte-americana, as ameaças do Comunismo, as desigualdades sociais e o totalitarismo. Pela comparação desses discursos, o eminente clérigo denuncia

as artimanhas daqueles que, sob a capa da liberdade, acabam por distorcer a forma e os objetivos da democracia:

O Brasil é um país cristão, queiram ou não queiram, aceitem ou não aceitem, os desabusados. A tibieza espiritual e patriótica da hora não invalida, absolutamente, essa fonte genesíaca da raça. Temos um feitio próprio e inconfundível, que os fatos podem provar exaustivamente. Filhos de um território de limites colossais, vibra em nosso íntimo as dimensões incomensuráveis da liberdade dos filhos de Deus, sem constrangimentos nem peias. No dom da liberdade, que o Cristianismo prega e promete, e que a Democracia aceita e professa, os brasileiros reconhecem afinidades ancestrais. Queremos ser livres, livres até para continuar sendo uma nação desorganizada e comprometida, mas esperançosa de melhores dias. É o que nos assegura o regime democrático. Não podemos afirmar a mesma coisa quanto ao regime socialista, onde até agora, a liberdade individual – fundamento da felicidade e do progresso, é apenas engôdo (*sic*) de uma propaganda desonesta. É preciso crer na democracia, cuja força íntima reside muito mais no valor pessoal do cidadão do que mesmo nas formulações do regime, sujeito às desfigurações da miséria humana (NOGUEIRA, 1962. p. 127).

A Ação Católica apoiou e deu legitimidade à destituição do governo civil em 1964. O que contribuiu para a adesão de muitas lideranças e numerosos intelectuais à instalação e ao funcionamento do governo militar, inclusive sob o argumento de que o novo regime assegurava a manutenção da democracia contra as ameaças da desordem e do comunismo. Em Manaus, a manutenção das tratativas para a instalação da Universidade do Amazonas, conforme a lei proposta pelo Senador Arthur Virgílio Filho, constitui um indício de que, apesar das cassações, aposentadorias compulsórias, prisões e inquéritos abertos pela polícia política, a vida cotidiana não foi alterada e as instituições não sofreram golpes capazes de interromper as atividades da administração pública.

- **A Juventude Esclarecida da Social-Democracia**

A vida e a obra de Aderson de Menezes formam o ponto de intersecção entre o Glebarismo e a versão amazonense da Ação Católica. O famoso Padre Nonato Pinheiro assegura que Menezes foi “um dos espíritos mais lúcidos da intelectualidade contemporânea de minha terra” (PINHEIRO, 1970, p. 20). Padre Nonato também nos informa que a família Menezes era frequentadora assídua das missas que ele presidia regularmente na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. A este traço de sua formação juntou-se a dedicação incansável de Aderson aos estudos e sua brilhante desenvoltura na docência, na oratória e na escrita, coroada por sua eleição para a AAL em 1956, por

indicação do próprio Péricles de Moraes, segundo afirma o mesmo Padre Nonato Pinheiro por ocasião do falecimento do Professor Menezes.

A despeito de seus vínculos com o catolicismo, Menezes sustentou teses mais ligadas ao liberalismo jurídico e ao Direito Natural do que à doutrina canônica. Assim, em *Teoria Geral do Estado*, livro que, até 1996, havia alcançado oito edições pela Forense do Rio de Janeiro, nos ensina que:

É que, antes de o Estado ordenar-se, transformando em normativa a vida social, já o direito existia imanentemente, em condição potencial, nas relações entre os homens, na própria sociedade humana. Com o Estado, ao aparecer a sociedade política, o Direito se tornou positivo, escrito ou não, imposto compulsivamente pelo poder estatal, inclusive à força. A clareza dessa ilação é meridiana, pelo que dispensa maiores comentários, bastando que se recorde que o homem, por participar fisiologicamente da produção humana, não cria absolutamente a vida de seu semelhante. O Direito é, assim, anterior ao Estado. Nasce a regra jurídica válida em sua essência, mas só se torna eficaz, pela sua observância real, através da imprescindível sanção estatal (MENEZES, p. 75).

A ligação de Menezes com o Glebarismo pode ser observada em sua trajetória de estudante que, como aqueles descritos por Álvaro Maia, teve sua infância no interior, na cidade de Parintins, no baixo Amazonas, de onde saiu para estudar em Manaus, no Colégio Amazonense Pedro II e, posteriormente, no Colégio Dom Bosco, para fazer o curso preparatório para o exame de seleção para a FDA. A conclusão dos estudos superiores o levou ao magistério secundário, onde lecionou geografia, e à docência universitária, como Professor da instituição onde obteve o bacharelado e na qual se tornou catedrático após ser aprovado em concurso de provas e títulos em 1955 (MENEZES, 1997, p. 21). Ao longo dessa experiência, desenvolveu apreço e admiração pelo Professor Waldemar Pedrosa, de quem seguiu os ensinamentos das ciências jurídicas e com quem aprendeu a cultivar a história da instituição que lhe deu a formação superior. Assim, aceitou sem reservas a incumbência de redigir a bela *História da Faculdade de Direito do Amazonas* para comemorar a passagem do cinquentenário da “Velha Jaqueira”⁸ em 1959. Graças a esse trabalho, se descortinou a evolução do ensino superior na cidade de Manaus, desde a criação da Escola Livre Militar Prática, em 1908, a qual, no ano seguinte, foi transformada em Escola Universitária Livre de Manaus, pela iniciativa de um jovem oficial chamado Eulálio Chaves, até a consolidação da FDA como instituição de excelência científica, autorizada

⁸ Alcinha dada carinhosamente pelos estudantes e veteranos à FDA.

a conceder os mais altos títulos acadêmicos, como aquele que lhe foi outorgado pela defesa de sua Tese de Doutorado, em 1955.

Apesar de enaltecer, como o fizera Álvaro Maia, as virtudes e a identidade dos amazonenses, não adotou o ufanismo de seu antecessor nas letras nem o rancor recalcado da *Canção de Fé e Esperança*. Sua narrativa alude à leveza e à disposição de uma sociedade que se empenhava em criar uma vida cultural embelezada pelas artes e esclarecida pela ciência e a filosofia. As condições da educação pública, embora singelas, indicavam, no início do século XX, o empenho do governo e dos docentes visando à adoção de metodologias modernas de aprendizagem, o qual, a seu ver, contribuiu decisivamente para o aperfeiçoamento progressivo das instituições de ensino e o êxito alcançado pela FDA, única remanescente da Universidade fundada por Eulálio Chaves.

Menezes considerava que a FDA era um importante legado da sociedade que se ergueu no século XIX para o Amazonas que se abria no início do século XX. A economia do látex fora a base sólida de uma juventude entusiasmada com os encantos da vida espiritual que se manifestava mediante eventos literários, artísticos e científicos. A vida urbana dava demonstrações de vivacidade e prosperidade assinaladas pela presença constante de navios nacionais e estrangeiros no Porto de Manaus, dos quais jovens desembarcavam regularmente em busca de oportunidades para empregarem suas habilidades e competências nos campos da engenharia, da medicina, do direito e das letras. Foram alguns desses jovens que tomaram a iniciativa para reunir os saberes e os talentos necessários para a fundação da primeira Universidade brasileira. Aquele empreendimento traduzia, de certa maneira, o sonho de propiciar as condições para o desenvolvimento de uma civilização afeiçoada ao Direito e à Liberdade.

O livro dedicado ao enaltecimento da instituição outrora dirigida por Waldemar Pedrosa foi publicado em 1959. Podemos supor, portanto, que suas proposições correspondem aos ideais que Aderson de Menezes sustentara em 1946, quando atuou como Deputado Estadual Constituinte. Nesse período, era correligionário de seu antigo mestre na FDA, que o recebeu na ALL em 1956, e de quem escreveu uma biografia cujos originais foram publicados postumamente, em 1970. Se suas crenças permaneceram inalteradas no período de 1960 a 1961, isso indicaria que o seu alinhamento ao PSD não correspondia exatamente ao ideário de Álvaro Maia, que então era o dirigente incontestável daquela agremiação. A política talvez tenha as suas

contingências, mas as opiniões não aparecem subitamente em nossa alma sem que a tenham frequentado previamente para encorajar os novos passos.

Segundo os documentos reunidos pelo Cônego Walter, o titular da SEC/AM, em 1962, tentara iludir o Governador Gilberto Mestrinho, com a lisonja de que “Sua Excelência é por demais esclarecido”. O clérigo perspicaz advertia que não se deixava enganar por essa retórica com a qual o matreiro tentava introduzir na administração pública uma legislação comunista. Ora, mesmo que essa alegação tenha sido cometida no calor da hora, a pecha lançada havia se tornado um mote nos meios de comunicação e nos debates políticos e culturais daquele período. Seu uso atingia a autoestima, mas, sobretudo, a credibilidade daqueles a quem se endereçava a imprecisão. Neste caso, o ataque parece não ter abalado a confiança que o governador depositara em Aderson de Menezes que, além de permanecer no cargo, recebeu novas e mais altas incumbências. Com a mudança do regime político, a credibilidade do insigne professor permaneceu imaculada e as atribuições que lhe foram dadas pelas autoridades depositadas puderam ter seguimento. O novo regime considerou que a criação da Universidade do Amazonas não contrariava os propósitos da Revolução de 31 de março de 1964 e que Aderson de Menezes era suficientemente probo para levar até o final a organização e a implementação de suas estruturas administrativa, financeira, técnica e acadêmica.

Os atos deste personagem ilustre da história recente do Amazonas indicam que ele não defendia o ideário marxista, embora suas pesquisas acadêmicas mostrem um amplo e profundo conhecimento do autor de *O Capital*. Esse saber se tornou notório pelo reconhecimento que numerosas instituições acadêmicas e científicas deram ao trabalho intelectual de Menezes, que se tornou Professor Titular na Universidade do Amazonas e na UNB, colecionando grande número de participações em comissões examinadoras, e encontros científicos nacionais e internacionais. O marxismo é um tópico relevante, mas não constitui o interesse central de seus estudos, neles constando somente como um acontecimento e um conjunto de princípios sobre os quais a história do pensamento social e a filosofia do direito não podem desconsiderar para a compreensão da evolução do pensamento jurídico e do aperfeiçoamento das instituições judiciárias.

A bem da verdade, o tema central de *Teoria Geral do Estado* é o Estado de Direito. Trata-se do problema de maior interesse para as sociedades contemporâneas, afligidas pelas intermináveis crises que atingem suas bases econômicas, culturais, éticas e políticas e geram incertezas e desconfianças entre os cidadãos. Para o enfrentamento

dessas crises, é imprescindível examinar as fontes do Direito, as bases sociais e os diferentes modos de funcionamento do Estado. Ora, Menezes foi buscar nas referências mais avançadas do século XX os elementos históricos e filosóficos requeridos para a compreensão de que o direito se origina nas relações sociais de onde surge igualmente o Estado. Tendo como finalidade mediar e regular os conflitos sociais, o Estado moderno tem enfrentado grandes dificuldades para equacionar os princípios da igualdade e da liberdade, sobre os quais se assentam o Estado de Direito e a Democracia. Esta, portanto, é a inquietação que emana da leitura daquela festejada publicação.

Como referências para uma investigação sobre a formação escolar e universitária no Amazonas, precisamos considerar os feitos de Aderson de Menezes no campo da educação. Em primeiro lugar, sua atuação como Professor do Ensino Secundário, reputada exemplar por seus alunos e colegas. Em segundo lugar, a desenvoltura com que atuou no Ensino Superior, conquistando os mais altos postos da carreira. Por fim, o modo com que exerceu os cargos de direção da FDA e da Faculdades de Ciências Econômicas, de Secretário de Educação do Estado e de Reitor da Universidade do Amazonas. Em todos esses cargos, as ideias sustentadas em seus escritos se transpuseram para a realidade das práticas exercitadas naquelas instituições. A atuação na política, como Deputado e Secretário de Estado, talvez tenha afastado Menezes das esferas partidárias, uma vez que cumpriu somente um mandato sem jamais postular uma nova candidatura ao parlamento. Por outro lado, o seu empenho fervoroso em prol da reunião das faculdades isoladas para a fundação da Universidade do Amazonas constitui um indício de que não possuía apego aos cargos uma vez que os exercia como meios para a realização de objetivos definidos a partir de projetos longamente amadurecidos na esfera das políticas da cultura e da educação. O gesto que melhor evidencia essa atitude certamente foi a sua renúncia à Reitoria em uma decisão tomada tão somente após o cumprimento da tarefa que lhe havia sido atribuída em 1962.

Entretanto, os seus escritos não podem ser desconsiderados como bases relevantes da trajetória traçada pelas atividades culturais e educativas que se desenvolveram nos campos da formação espiritual dos amazonenses da qual tomamos aqui como marcos as ideias e as ações de Álvaro Maia, Cônego Walter Gonçalves Nogueira e as do próprio Aderson de Menezes. Sem considerar os seus livros e artigos como a expressão de um sistema de pensamento, podemos tomá-los como marcos de um percurso ao longo do qual cultivou o apreço pelo Amazonas como berço de suas

paixões espirituais, a fé que recebeu de seus familiares e a austeridade de uma vida dedicada a estudar, aprender e ensinar, como lembram seus amigos próximos.

Considerações Finais

Guilhotinas do Ensino nos deram os tópicos que estruturam este ensaio. A precariedade das escolas no Amazonas, a desvalorização do magistério, a esperança depositada na educação como fator decisivo para a emancipação da sociedade local e a proposição de um projeto civilizatório para o Amazonas com base na formação de um conhecimento autóctone, identificado com os valores da terra. Atravessando todas essas questões, o trabalho empreendido pelo Cônego Walter Gonçalves Nogueira, sobretudo a criação da FFA, se revelou um marco da inflexão pela qual o ciclo da borracha cedeu lugar à Zona Franca de Manaus e à modernização da economia, da administração pública e das instituições de ensino e pesquisa no Amazonas. Por fim, a vida e a obra de Aderson Andrade de Menezes nos fornecem subsídios para refletir sobre os resultados alcançados pelos esforços empreendidos pela sociedade amazonense, nos campos das atividades culturais e do ensino, no período que recobre a derrocada dos seringais, a partir da década de 1920, até o surgimento da FFA, em 1961, a fundação da Universidade do Amazonas, em 1962, e sua instalação, em 1964, em vista de uma tentativa de compreender o perfil da formação escolar e universitária desenhado pelas ideias e as práticas que se desenvolveram nas instituições de ensino no Estado.

Com a noção de pistas para um estudo da formação escolar e universitária no Amazonas, não pretendi abordar a taxa nem o nível de escolarização que a população amazonense atingiu nas décadas posteriores à fundação da FFA. O que me interessa nessa investigação é esboçar um quadro das vertentes de pensamento que tiveram lugar nas instituições de ensino e nas políticas culturais que ensejaram a fundação daquela instituição e de outras nas quais os amazonenses receberam as ferramentas e os fundamentos dos valores e das teses pelas quais se perfilharam os discursos e as práticas sociais a partir das quais emergem na atualidade as formas ontológicas dos sujeitos que reivindicam ou se identificam com algo como a cultura amazonense ou amazônica.

Ao longo de sessenta anos, o curso de filosofia criado pelo Cônego Walter formou numerosas turmas compostas por estudantes com diferentes perfis, desde os calouros do vestibular, jovens ainda no final da adolescência, trazendo como bagagem tão somente a formação escolar, até pesquisadores, portadores de titulação acadêmica, com mestrado e doutorado em diferentes áreas do conhecimento. No balanço dessas

atividades, não se coloca a questão que tem inquietado aqueles que se queixam de que o Brasil possui um ambiente cultural desfavorável ao desenvolvimento de grandes filósofos. Esta constitui uma aspiração legítima, mas o que se coloca no horizonte dos processos de avaliação das instituições de ensino é, antes de tudo, a capacitação técnica, a educação para a cidadania, o aperfeiçoamento pessoal e a apropriação dos conceitos e fundamentos da ciência e da tecnologia, sobretudo no que tange aos processos produtivos. Na formulação da hipótese aqui proposta, o que se busca é algo intermediário. Suponho que as ideias e os valores são produções sociais e que, portanto, podem ser contextualizados. A produção intelectual realizada a partir da criação da FFA e da Universidade do Amazonas é relevante no cenário nacional, expressando-se na inserção dos pesquisadores locais em posições de destaque nos rankings das instituições de classificação da produção científica mundial. O brilho alcançado nessa esfera, contudo, não pode ser avaliado adequadamente sem que examinemos as ideias pelas quais se reconhece, como um perfil próprio, a formação que os amazonenses recebem nas escolas e no ensino superior.

Neste aspecto, a formação de profissionais para o exercício do magistério tem sido o foco privilegiado das ações avaliativas. O que não nos exime de levar em consideração os aspectos concernentes à pesquisa e a formação filosófica no sentido estrito. O exame exaustivo dessas questões requer uma investigação mais ampla, envolvendo a análise da formação dos docentes que atuaram no curso, sua produção intelectual, suas atividades de pesquisa e as repercussões dessas atividades sobre a os estudantes e egressos. Uma tal investigação certamente será empreendida em futuro próximo. Como tentativa de contribuir para que esse empreendimento venha a ser proposto e desenvolvido, formulei as hipóteses e as considerações acima, buscando apoio em uma documentação que, embora incompleta, permitiu demonstrar a plausibilidade da proposta.

No exame dessa documentação, identificamos três vertentes que, embora não possam dar uma forma de conjunto ao objeto que designamos pelos conceitos de “formação”, constituem evidências de que O Glebarismo, a Ação Católica e o Liberalismo Jurídico são partes fundamentais do solo do saber que ainda hoje anima as formas de pensar e os modos de ser pelos quais se definem os sujeitos escolarizados no Amazonas. Certamente, pesquisas mais apuradas podem identificar outras vertentes. Nos campos da Antropologia, das Letras, da História e da Geografia, tais investigações já estão em curso. O mesmo ocorre igualmente, nos domínios das ciências da natureza e

das ciências exatas, uma vez que um número significativo de instituições de ensino e pesquisa surgiu após os eventos aqui descritos, as quais se espalharam pelos municípios do interior e pela capital do Estado. Essa diversificação, no entanto, não apagou dessas instituições a presença das ideias difundidas por Álvaro Maia, Cônego Walter e Aderson Menezes.

Na defesa de suas ideias, esses personagens se depararam com a realidade decorrente do processo de colonização do país no período de expansão do capitalismo industrial, dos problemas gerados pelas crises desse modo de produção e das disputas encetadas entre as oligarquias locais e nacionais, que ainda hoje dificultam a implantação de políticas públicas consistentes e continuadas. Entre esses desafios, a organização das bases jurídicas e institucionais do Estado foi e permanece sendo um problema aberto e de difícil equacionamento. Já se tornou evidente que as deficiências das políticas públicas de ensino contribuem para o agravamento da decepção crescente das pessoas face à democracia, a ciência e à economia. Todas as vezes em que se elevam os investimentos e os esforços para a expansão e o aperfeiçoamento das escolas e universidades, as taxas de confiança no estado democrático de direito se tornam mais altas, a sustentabilidade ganha maior credibilidade entre as pessoas e a estabilidade das atividades econômicas se mostra confiável.

O Glebarismo, a Ação Católica e o Liberalismo Jurídico tentaram responder, cada um a seu modo, os impasses gerados pelas circunstâncias que marcaram os contextos em que seus expositores atuaram. Podemos perceber que, embora tais vertentes possam ser identificadas por características específicas, os personagens aqui tomados como seus representantes carregam traços comuns a todas elas, distinguindo-se pela predominância de uma ou de outra em seus escritos e\ou nos atos de sua vida pública. Talvez, mediante uma reflexão baseada em pesquisas mais aprofundadas, possamos nos distanciar mais um pouco dessas ideias e avaliar com mais clareza as razões pelas quais os discursos que as disseminaram entre nós não lograram desfazer os nós que ainda nos prendem a elas e aos modos de ser que elas ensejam. Talvez, assim, as instituições de ensino e as práticas pedagógicas sejam beneficiadas pelo desenvolvimento de ambientações favoráveis à experiência democrática, à prática da tolerância e a valorização do magistério, condições imprescindíveis para o êxito da educação como política pública norteadas pela busca de um projeto de nação caracterizado pela justiça social, a diversidade cultural e a liberdade. Me parece que um tal objetivo é mais relevante do que a busca pela formação de um gênio da raça. A

filosofia, por sua vez, jamais precisou esperar as condições ideais para se fazer presente na vida cultural dos amazonenses. Ela se engendrou no curso dos embates pelos quais aquelas vertentes tentaram conquistar as mentes e os corações da juventude.

Referências

ARANTES, Paulo et al; MUCHAIL, Salma (Orgs). *A Filosofia e seu Ensino*; 2ª. edição; Petrópolis: Vozes: São Paulo: EDUC, 1996.

ARAUJO, André. Discurso de Saudação (ao Cônego Walter). In: MENDONÇA DE SOUZA (Diretor). *Revista da Academia Amazonense de Letras*. Ano XLVII; No. 14; Manaus: AAL, 1969. pp. 241-254.

BAROSSO, Almeida. Minhas recordações de Álvaro Maia. In: PORTO, Arlindo & PARENTE, Raimundo (Orgs). *Álvaro Maia Polianteia – A Obra – O Exemplo – O Homem*. Amazonas: Edição UBE, 1984, pp. 107-116.

BRAGA, João dos Santos Pereira. Um Jurista Emérito; In *Circulus Revista da Justiça Federal do Amazonas*. Manaus; v. 2; n. 4. p. 177-182, jul\dez. 2004.

CAMPOS, Névio. Ação Católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). In: *Educar*. n. 37, p. 259-277, maio/ago, Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia Brasileira Ortogênese da Consciência de Si*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MAIA, Álvaro Botelho. Canção de Fé e Esperança; In PORTO, Arlindo & PARENTE, Raimundo (Orgs). *Álvaro Maia Polianteia – A Obra – O Exemplo – O Homem*; Amazonas: Edição UBE, 1984. pp. 145-168.

_____. Guilhotinas do Ensino. In: *Jornal do Comércio* (Órgão dos Diários e Rádios Associados); N. 17.156. Manaus, domingo, 17 de janeiro de 1960. pp. 1 e 3.

MELLO, Thiago de. *Manaus Amor e Memória*. Manaus: FUNCOMIZ, 1983.

MENEZES, Aderson Andrade de. Democracia. In: *Circulus Revista da Justiça Federal do Amazonas*; Manaus; v. 2; n. 4. P. 183-192, jul\dez. 2004.

_____. *Teoria Geral do Estado*. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

_____. *História da Faculdade de Direito do Amazonas: 17 de janeiro de 1909 a 17 de janeiro de 1959*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1959.

MENEZES, Armando Andrade de. *Aderson de Menezes O Professor* (uma vida dedicada ao estudo e à educação). Manaus: Imprensa Oficial, 1997.

MENDONÇA DE SOUZA (Diretor). *Revista da Academia Amazonense de Letras*. Ano XLVII; No. 14; Manaus: AAL, 1969.

MINTO, Lalo Watanabe. *As Reformas do Ensino Superior no Brasil o público e o privado em questão*. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

NOGUEIRA, Cônego Walter Gonçalves. *Sindérese sobre a Faculdade de Filosofia do Amazonas*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1962.

PINHEIRO, Padre Nonato. Textos. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br> Acesso em 25 out. 2021.

_____. Uma lâmpada que se apagou (*O Jornal*, 26.04.1970). Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br> PDF pp. 20-26. Acesso em 25 out. 2021.

PORTO, Arlindo & PARENTE, Raimundo (Orgs). *Álvaro Maia Polianteia – A Obra – O Exemplo – O Homem*; Amazonas: Edição UBE, 1984.

RAMOS, Paula Miranda de Souza. *Da Poesia à Política: a trajetória inicial de Álvaro Maia* (Dissertação de Mestrado em Sociologia); Manaus: UFAM, 2010.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Álvaro Maia: uma liderança política cabocla*. Manaus: EDUA, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *A Filosofia Contemporânea no Brasil*. Conhecimento, Política e Educação. 6ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Henrique Antônio Profili de. *O Ensino Primário, segundo as propostas na Conferência Nacional de Educação: 1965-1969*; Dissertação de Mestrado (Orientador Acadêmico: Kazumi Munakata); Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade; São Paulo: PUC\SP, 2011.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

_____. *A Expressão Amazonense*. São Pauli: Alfa-Ômega, 1977.

TORRES, Iraíldes Caldas. O idealizador da Faculdade de Filosofia do Amazonas e o Ateneu Romano. *Somanlu*, ano 8, n. 2; jul\dez 2008, p. 169-176.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão da Sexagésima. In *Sermões (Parte 1)*; eBooksBrasil; fonte digital: Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro. www.bn.br (domínio público), s\d.

Recebido em: 20/10/2021

Aprovado em: 10/12/2021